



UNIDADE DOS TRABALHADORES

MARÇO/2026

Informativo conjunto do **SINDICONSTRUPOLO** e **SINDIPOLO**

INTERDITO NA ARLANXEO ESBR: BASTA DE INSEGURANÇA! É PRECISO GARANTIR A INTEGRIDADE FÍSICA/MENTAL DOS TRABALHADORES/AS

A Linha B de produção de borracha ESBR da fábrica da ARLANXEO, no Polo Petroquímico de Triunfo/RS, foi interditada pelo Ministério do Trabalho, por meio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE-RS). O AUTO DE INTERDIÇÃO, com mais de 30 páginas, foi expedido e entregue à ARLANXEO no dia 05 de março, em reunião na SRTE com a participação do SINDIPOLO e SINDICONSTRUPOLO. O INTERDITO foi necessário, pois após fiscalizações que constataram condições de insegurança no processo produtivo da empresa, representando risco à integridade física dos trabalhadores/as. A paralisação de fato da produção da borracha ESBR, Linha B, ocorreu na madrugada de domingo (8/3), para que a ARLANXEO realize com urgência as correções observadas "in loco" na planta industrial na Unidade ESBR-BR em Triunfo/RS.

DUAS FISCALIZAÇÕES

A decisão do Ministério do Trabalho foi tomada depois de duas fiscalizações realizadas em **janeiro e fevereiro de 2026**, motivadas por denúncias de acidentes e condições inseguras de trabalho apresentadas pelo SINDIPOLO e SINDICONSTRUPOLO. As inspeções confirmaram deficiências de segurança no processo produtivo como **Risco Grave e Iminente (RGI)**, as quais podem gerar novos acidentes e até mesmo eventos QUÍMICOS AMPLIADOS, situação crítica em uma planta industrial petroquímica.

OS SINDICATOS NÃO INTERDITAM E SIM O MTE!

**A PREOCUPAÇÃO É COM AS
CONDIÇÕES DE SEGURANÇA
E SAÚDE – A VIDA - NO AMBIENTE
DE TRABALHO**

Nos últimos períodos, diversos acidentes vêm ocorrendo na Unidade ESBR, que produz borrachas dos tipos ESBR (Linha B) e BR (Linha A), sendo que nem todos os acidentes estão sendo registrados como deveri-

am. Cabe ao empregador, neste caso a ARLANXEO, fazer cumprir as **NORMAS REGULAMENTADORAS (NR)**, corrigir desvios no processo e cumprir o que regulamentam obrigatoriamente as NRs, principalmente **NR-12**, nos processos relativos à produção de Borracha, nas duas Linhas.

Os **trabalhadores/as diretos e terceirizados** que atuam nas Linhas de produção e manutenção não podem continuar convivendo com estas **condições INSEGURAS** e ainda sofrendo cobranças sistemáticas e assediosa por mais produção.

Mesmo com os vários alertas dos sindicatos, esses acidentes têm se repetido e reforçam uma preocupação recorrente dos trabalhadores. A Gestão da ARLANXEO não pode sempre tentar responsabilizar individualmente os trabalhadores, sejam diretos ou terceiros pelos acidentes, sem uma análise profunda das causas estruturais, organizacionais e operacionais envolvidas.

Essa má prática, infelizmente comum em algumas empresas do Polo-RS, acaba desviando o foco do que realmente precisa ser enfrentado: cumprimento efetivo das NRs com uma visão crítica nos acidentes ocorridos, na gestão e na prevenção a estes acidentes, pois continuar da forma que vem sendo feito, continuará colocando em risco as vidas de quem está na linha de frente nas plantas industriais.

Somado a estes problemas de insegurança, que não são poucos, as **CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho)** nem sempre são feitas e quando são,



ultrapassam muito o prazo legal para serem enviadas aos sindicatos e demais órgãos públicos, além de algumas empresas não utilizarem o formulário correto para missão destas CATs. Com isso, os trabalhadores lesionados permanecem em atividade laboral, o que agrava ainda mais a situação, apontando para a negligência da empresa e evidenciando a necessidade de **acompanhamento rigoroso por parte das entidades sindicais e do MTE**.

DENÚNCIA SINDICAL LEVOU À FISCALIZAÇÃO

Diante das repetidas ocorrências e da preocupação crescente com as condições de trabalho, Sindipolo e Sindiconstrupolo realizaram denúncias formais e solicitaram reuniões com a gestão da empresa para tratar do tema. Sem respostas satisfatórias e diante da gravidade da situação, **os sindicatos recorreram aos órgãos públicos** responsáveis pela fiscalização do trabalho. A partir dessas denúncias, o Ministério do Trabalho realizou as inspeções que culminaram no auto de interdição da Linha B de produção de borracha ESBR.

Durante as fiscalizações, foram **identificadas diversas irregularidades** relacionadas à segurança do processo produtivo, levando à decisão de interromper a operação até que as condições sejam efetivamente corrigidas. A Linha interditada, inclusive, **já havia registrado um acidente em 2025** envolvendo derramamento de borracha ESBR, episódio que reforçou a necessidade de uma análise mais profunda sobre as condições de operação.

Continua na página 2 →



O PRINCIPAL É A DEFESA DA VIDA

A Interdição é uma medida rigorosa, mas necessária quando há **Risco Grave e Iminente (RGI)** à saúde e à vida dos trabalhadores/as. Em um complexo industrial como o Polo Petroquímico, que envolve processos químicos de grande escala, **a segurança não pode ser tratada como um mero detalhe ou custo operacional**, pois o “efeito dominó” sempre é uma preocupação de todos.

Um agravante ao contexto de acidentes na Unidade ESBR da ARLANXEO é imputar a culpa de forma sumária e unilateral de um acidente recente ocorrido nesta Linha B, **que agora foi interditada pela SRTE/MTE**, a um Técnico de Operação, punindo o mesmo de forma arbitrária com a demissão por **JUSTA CAUSA**, mesmo sendo cipeiro eleito, sem sequer realizar a investigação do acidente com o acompanhamento da CIPA para encontrar a Causa Raiz do acidente.

Para os sindicatos, o objetivo central não é a paralisação da produção em si, mas

sim garantir que a Unidade industrial na ESBR opere com condições seguras, respeitando as Normas Regulamentadoras (NR), as Normas Técnicas (NBR) e os **princípios básicos de prevenção de acidentes**.

Os sindicatos também reforçam que a segurança no Polo diz respeito a todos os trabalhadores/as, diretos e terceirizados, e à própria comunidade do entorno, já que falhas de processo em unidades petroquímicas podem ter consequências ampliadas.

SINDICATOS CONTINUARÃO ATENTOS E ACOMPANHANDO OS DESDOBRAMENTOS

A partir da interdição, a ARLANXEO deverá realizar as adequações exigidas pela SRTE-RS através das já emitidas Notificações dos Auditores Fiscais do Trabalho, corrigindo as falhas identificadas no processo produtivo e nos sistemas de segurança.

Os sindicatos precisam participar e

acompanhar as medidas efetivas que serão tomadas pela empresa para eliminar os riscos existentes. Isso poderá dar mais celeridade no retorno a produção com segurança.

A expectativa dos trabalhadores/as e de sus representações é que as correções sejam feitas com a urgência necessária, mas, sobretudo, com a profundidade técnica exigida para evitar que situações semelhantes voltem a ocorrer.

Mais do que retomar a produção, o que está em jogo é garantir que a Unidade ESBR da ARLANXEO opere de forma segura, responsável e com respeito à vida de quem trabalha todos os dias para manter a fábrica funcionando.

Agora a luta é para que as medidas adotadas resultem em uma solução definitiva que assegure condições dignas e seguras de trabalho para todos e todas trabalhadores/as.

EMPRESAS QUE RECEBEM INCENTIVOS PÚBLICOS DEVEM GARANTIR SEGURANÇA E EMPREGOS

A **INTERDIÇÃO da Linha B** da produção de borracha ESBR na ARLANXEO, reacende o debate sobre o recebimento de incentivo público e as responsabilidades das empresas com os trabalhadores/as e a sociedade. A indústria química e petroquímica brasileira é **beneficiada por políticas públicas** como o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), que concede redução de tributos federais como PIS/PASEP e COFINS sobre matérias-primas utilizadas na produção. Para 2026, o Governo Federal já anunciou valores da ordem de **R\$ 3 bilhões** para o setor. Esses recursos representam dinheiro público que deixa de ir para saúde, educação, segurança etc. para apoiar empresas estratégicas para o Brasil.

Os sindicatos que representam trabalhadores do Polo Petroquímico-RS, bem como sindicatos de outras regiões, através da CNQ, **reforçam que empresas que recebem incentivos públicos têm obrigação ainda maior de garantir segurança, empregos e respeito as condições seguras de trabalho e dos direitos trabalhistas.**

SINDICATOS REÚNEM COM O DEPUTADO MIGUEL ROSSETTO PARA TRATAR A SITUAÇÃO DA ARLANXEO

Na manhã da segunda-feira (09/3), os sindicatos e a assessoria jurídica dos sindicatos estiveram reunidos com o **Deputado Estadual Miguel Rossetto (PT)** com objetivo de levar ao parlamentar a **grave situação na ARLANXEO ESBR**, especialmente em função de que esta empresa recebe incentivos públicos através do REIQ e, futuramente do PRESIQ, como já recebeu do FAT e BNDES em anos anteriores.

Portanto, ela **tem obrigação de manter condições seguras e dignas de trabalho**, bem como o compromisso formal da manutenção dos atuais empregos e geração de novos postos de trabalho.

O parlamentar ouviu as colocações dos trabalhadores e informou que irá debater a questão no parlamento gaúcho, além de contatar a gestão da ARLANXEO.

SINDICATOS DENUNCIAM ASSÉDIO MORAL NA ARLANXEO ESBR

O ASSÉDIO MORAL CAUSA DANOS FÍSICOS E PSÍQUICOS AOS TRABALHADORES/AS, TEM AUMENTADO A PREOCUPAÇÃO FRENTE A INÉRCIA DA EMPRESA EM RESOLVER A SITUAÇÃO.

O ambiente de trabalho na **Unidade ESBR da ARLANXEO**, no Polo Petroquímico de Triunfo/RS, tem sido alvo de denúncias recorrentes por parte do **SINDIPOLO** e **SINDICONSTRUPOLO** relacionadas à prática de assédio moral, que tem impacto direto na saúde física e psicológica dos trabalhadores/as.

Os sindicatos vêm tratando do tema há algum tempo, a partir de denúncias recebidas de trabalhadores/as diretos e terceirizados que atuam na ESBR. Em 2025 foi realizada uma **manifestação na portaria da fábrica**, chamando atenção para o problema e cobrando providências da direção da ARLANXEO para enfrentar de forma urgente e permanente essa prática que torna o ambiente de trabalho doente.

DENÚNCIAS À EMPRESA - Os sindicatos já procuraram o setor de RH das áreas de operação e manutenção da Arlanxeo, em uma primeira reunião dedicada especificamente ao tema do assédio moral na unidade ESBR.

Durante o encontro, a empresa apresentou informações sobre procedimentos internos e dados relacionados ao tratamento de situações dessa natureza. Por sua vez, os sindicatos levaram à mesa relatos concretos de trabalhadores/as com informações de casos e nomes envolvidos sobre a danosa prática violenta do Assédio Moral que estariam ocorrendo de forma sistemática dentro da ESBR.

O objetivo foi evidenciar que o problema não pode ser tratado como episódios isolados, mas como uma situação que precisa medidas efetivas para garantir um ambiente de trabalho saudável e respeitoso.

Para os sindicatos, **o assédio moral é um problema grave que afeta diretamente a saúde mental dos trabalhadores**, gera adoecimento, aumenta a pressão no ambiente de trabalho e **pode inclusive comprometer a segurança operacional**, especialmente em um setor industrial de alto risco e complexidade como o petroquímico.



Por isso, os sindicais defendem e **propõem que o combate ao assédio moral precisa ser tratado com a mesma seriedade que outras questões de segurança no trabalho.**

NOVA REUNIÃO - Os sindicatos **aguardam ainda para este mês de março**, uma nova reunião para dar continuidade os encaminhamentos em relação às denúncias.

O SINDIPOLO e o SINDICONSTRUPOLO continuarão acompanhando de perto os desdobramentos desse processo e cobrando providências concretas e permanentes. Para os sindicatos, combater o assédio moral é essencial para garantir dignidade no trabalho, respeito aos trabalhadores/as e um ambiente seguro dentro das unidades industriais do Polo.

BOLETIM INFORMATIVO CONJUNTO DO SINDIPOLO E SINDICONSTRUPOLO